



ATA N.º 08/2018

Aos vinte e três dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, realizou-se no Auditório da Biblioteca Municipal da Nazaré, a sessão ordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida por José António Ramalhal Lopes e secretariada por Valter José Lameiro Soares e Maria Celeste Ferreira Cardador. -----

Além dos membros da mesa, compareceram a esta sessão os Senhores José Alexandre Serra Sales, Luísa Maria Ricardo Alves, Ricardo António Mafra Germano Esgaio, Sílvia Alexandra Rato Fonseca Gomes, Milton Hugo Mafra Estrelinha, João Pedro Azevedo Pessa, António Lopes Ferreira dos Santos, Anabela Delgado Zarro Balau, Nelson José Nunes de Almeida - eleitos pelo Partido Socialista; Joaquim Ascensão Pequicho, Maria de Fátima Soares Lourenço Duarte, Abílio José Januário Marques, Edmundo José Couto Barbosa, Zélia Maria Pereira da Costa Piseiro, Belmiro José Eusébio da Fonte - eleitos pelo Partido Social Democrata; João Paulo Quinzico Delgado e Vasco Frederico Pires de Sousa - eleitos pela Coligação Democrática Unitária; José Rei Filipe Ramalho, João António Portugal Formiga e Rui Manuel Amaro Marques, Presidentes das Juntas de Freguesia de Famalicão, de Nazaré e Valado dos Frades, respetivamente. -----

Solicitaram a suspensão de mandato os membros do Partido Socialista, Senhores Carlos Filipe Mafra de Sousa - quarenta dias, Maria da Ascensão Quinzico Codinha – oito dias. -----

Solicitaram a sua substituição os Senhores Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro, do Bloco de Esquerda; António de Sousa Pimenta, Daniel Vieira Meco, do Partido Socialista; António Pereira Nunes, do Partido Social Democrata. -----

A Senhora Telma de Jesus Laborinho Ferreira – eleita pelo Bloco de Esquerda não esteve presente, tendo sido justificada a sua ausência. -----

Estiveram igualmente presentes o Senhor Presidente da Câmara Walter Manuel Cavaleiro Chicharro e os Senhores Vereadores, Manuel António Águeda Sequeira, Regina Margarida

Amada Piedade Matos, Orlando Jorge Eustáquio Rodrigues, António Gordinho Trindade e Salvador Portugal Formiga. Não esteve presente o Senhor Vereador Alberto Madail da Silva Belo, tendo justificado a sua ausência. -----

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos: -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. ATA DA SESSÃO DE 23 DE OUTUBRO DE 2018 - Apreciação e votação

Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

Não tomaram parte na votação os membros que não estiveram presentes na sessão. -----

2. LEITURA DO EXPEDIENTE

A Assembleia tomou conhecimento. -----

3. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

O Senhor João Delgado efetuou a seguinte declaração:-----

“O dia de ontem, 22 de Novembro de 2018, fica marcado pela vergonhosa cobertura do governo PS aos mais profundos interesses monopolistas do megagrupo Volkswagen com a protecção policial, dispostos a “carregar” sobre os trabalhadores precários do Porto de Setúbal se necessário fosse, apenas porque estes trabalhadores, a trabalhar “à jorna” em pleno século XXI, reclamam um vínculo efectivo que corresponda ao trabalho permanente que desenvolvem há décadas.-----

Ao mesmo tempo, no auditório Almeida Santos, na Assembleia da República, comemoravam-se o septuagésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos que assume na íntegra o que plasma o artigo Vigésimo do Direito Internacional do Trabalho, que, por sua vez, decorre dos mais elementares anseios da OIT (organização internacional do trabalho) – que fará para o próximo ano 100 anos, e que diz o seguinte: “Não há relações de trabalho democráticas se o direito à organização não for plenamente assegurado a trabalhadores e empregadores. A existência de organizações representativas livres e democraticamente constituídas, constituem um



pressuposto fundamental para o diálogo social, procurando o fortalecimento do papel dos actores sociais na construção de relações justas e equilibradas no trabalho.” -----

A Declaração Universal dos direitos Humanos, à qual Portugal aderiu há 40 anos, apenas universaliza aquilo que o direito internacional do trabalho consagra: amplia a todas as áreas da sociedade a liberdade de associação, representação e apela ao diálogo social constante como forma de construção de uma sociedade mais justa e coesa. -----

Esperamos que tanto para as questões da livre associação no mundo do trabalho como nas restantes áreas da nossa sociedade, não se cometam os atropelos que infelizmente vêm em crescendo. Esperamos que, tanto no global como no local, estas orientações sejam assumidas por todos. No entanto, não é isso que verificamos: no plano nacional com o caso dos estivadores e no plano local, e esperamos que se faça justiça, e por isso esperamos pelo seu tempo, o caso dos constrangimentos à liberdade sindical na CMN. -----

CDU e o PCP, os seus militantes e simpatizantes, em múltiplos planos, têm apelado de forma constante ao diálogo e ao reforço dos mecanismos de construção democrática em qualquer dos planos que anteriormente referimos. Não por acaso, em breve, as escolas da Nazaré receberão representantes da AMN para que possam clarificar dúvidas sobre o funcionamento da democracia e também elas possam exigir mais e melhor democracia. Não por acaso, estão em marcha acções de formação associativa nas mesmas escolas para que as novas gerações saibam os passos, não de uma democracia meramente formal e dependente, mas de uma democracia avançada e participada por seres autónomos e conscientes do verdadeiro âmago da democracia que se constrói a cada dia que passa e não apenas de 4 em 4 anos. -----

Com mais diálogo entre as partes que representam a nossa sociedade, diálogo construtivo disposto a encontrar pontos de convergência nas mais diversas matérias não teríamos um concelho tão desigual como temos. Relembramos que, em 5 anos de governo PS, nunca as outras forças políticas foram convidadas a debater, de forma séria, pontos de vista sobre o

desenvolvimento local. Aquilo que se promove ao abrigo do estatuto direito de oposição, são meras formalidades que em nada contribuem para um profícuo e salutar diálogo social. É, e tem sido, um atestado de invisibilidade à oposição, uma indignidade praticada contra as forças que democraticamente também representam os interesses e as legítimas convicções de parte significativa da população. -----

Com um diálogo produtivo e constante com certeza que todos estaríamos mais sensibilizados e conscientes dos perigos de um concelho que caminha sobre as “brasas” de um desenvolvimento assente fundamentalmente em actividades descontinuadas no tempo, enormemente expostas aos ventos da macroeconomia. -----

Lembramos aqui as conclusões recentes do observatório para as desigualdades: o país, com base no desenvolvimento do Turismo, criou mais emprego mas sobretudo precário e mal pago. Claro está, e como sempre temos vindo a afirmar, a riqueza gerada fica como sempre nas mãos dos mesmos e o dinheiro dos impostos de todos, servem para a promoção nacional e internacional do Turismo que a criar riqueza fica sempre concentrada. -----

Recordamos ainda e para finalizar, se o Futebol, o Surf, o Carnaval, o Turismo e um último ingrediente - a religião, alvo recente de um aproveitamento político descarado e sem limite -, se esta “mistura explosiva” fosse sinónimo de desenvolvimento, esbatimento de desigualdades e factor de coesão social, o Brasil era o melhor país do mundo – e como sabemos, mais que nunca – não é! -----

Por isso, assumam o diálogo social como plataforma de encontros, assumam a humildade de trabalhar para o desenvolvimento integral dos indivíduos e abandonem a vertigem desastrosa onde se encontram, pois só estão a tornar esta sociedade, ainda com traços de comunidade, mais dependente, mais anémica, mais acrítica, mais fundamentalista e incomensuravelmente mais perigosa! -----



Metam definitivamente a mão na consciência, deixem-se de calculismos individuais e político-partidários e tenham a capacidade de ver a forma como estão a aprisionar colectivamente uma comunidade inteira – uma comunidade que está a ser condenada a viver de mão estendida e a pagar os vossos desmandos com língua de palmo!-----

Esperamos que um dia, o governo local não mande carregar sobre trabalhadores em luta, só porque um qualquer megagrupo alemão da indústria automóvel tem que fazer valer os seus interesses económicos a nível local! Até porque eles já andam aí!”-----

Continuando no uso da palavra, o Senhor João Delgado apresentou a moção, que abaixo se transcreve:-----

O Senhor Presidente da Assembleia informou que em sede da Comissão Permanente, foi decidido que as moções apresentadas pelos diversos grupos políticos seriam de imediato apreciadas e votadas, dispensando-se a sua prévia aceitação.-----

MOÇÃO CDU – MOLHE NORTE DO PORTO DA NAZARÉ

“O Porto da Nazaré foi durante dezenas de anos conhecido como Porto Santo dado a barra da Nazaré nunca ter fechado à navegação. Ultimamente essa condição já foi alterada por alguns, mas, ainda assim, é dos portos portugueses que mantém maior número de dias de barra aberta.

Conscientes do valor que aquele equipamento representa para a Nazaré e para o país, mais uma vez trazemos ao conhecimento desta Assembleia Municipal a informação do estado de degradação do suporte da ponta do molhe norte do Porto da Nazaré, com vista à tomada de posição concertada desta assembleia e do executivo municipal, para exigir a resolução urgente daquele enorme problema. -----

O deslizamento e afundamento, bem como a fractura dos elementos agregadores do pavimento e suportes dos muros de contenção da ponta daquele molhe, estão de tal forma afastados pela fractura que poderão, a curto prazo, quem sabe já neste Inverno, afundar novamente o farolim, e assim condicionar a navegação e o trabalho dos pescadores e de todos os utilizadores. Sabemos

que este facto já aconteceu ali e também sabemos que também já ali foi executada obra para recuperar o molhe que a força do mar teima em destruir. -----

Além do acima indicado e para o qual se pede intervenção urgente, o espaço junto ao farolim do molhe norte é uma zona de passeio de famílias em dias de calma. Este facto obriga-nos, mais uma vez, a pedir ainda com maior urgência que se protejam essas pessoas da aproximação do perigoso final do molhe, colocando-se uma qualquer barreira e avisos bem visíveis a interditar a passagem e aproximação de pessoas do abismo, sob pena de responsabilização das entidades competentes pela salvaguarda de pessoas e bens, caso ali se dê algum acidente, agora que foram mais uma vez avisadas. -----

Esta moção vem na senda de outras já aqui apresentadas mas que não foram atendidas por ninguém. Ao não escutarem estes alertas e estes pedidos que já não são novos, estão a aumentar a despesa com aquela recuperação, além de prejudicar a faina dos pescadores locais e não só, caso a barra venha a ser fechada por derrocada daquela ponta do molhe norte e do respectivo farolim.

Assim:-----

Vem o grupo municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré, ao abrigo do artigo 39º, alínea e) do Regimento desta assembleia, solicitar ao executivo municipal que promova junto das autoridades competentes e da tutela a exigência da resolução deste assunto com a prioridade que a urgência da situação impõe, com vista à defesa das populações e, nomeadamente, dos trabalhadores do mar. -----

Se aprovada, deve ser enviada à Câmara Municipal da Nazaré, à tutela, à DGRM, à Autoridade Marítima Nacional, à Capitania do Porto da Nazaré e à Docapesca, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, incluindo televisões.” -----

Não existindo intervenções, foi aprovada, por unanimidade. -----

Por último, o Senhor João Delgado apresentou a seguinte recomendação ao Executivo Municipal

RECOMENDAÇÃO



“Tendo em conta que as embarcações tradicionais estacionadas na praia são o que resta de uma valiosa herança no que concerne à construção naval adaptada às condições de mar da nossa costa e tipos de artes utilizadas ao nível local; -----

Sabendo que as nossas embarcações de pesca tradicionais dispostas atualmente no areal em frente ao CCN, têm características únicas ao nível da construção naval ao longo da costa nacional; -----

Sabendo que o património móvel encontrando-se estático apenas cumpre uma função: a construção de uma memória estática e, como tal, uma memória que não faz justiça àquilo que foi o desempenho fundamental do património em causa – andar no mar; -----

Aferindo que a construção destas embarcações custaram muitos milhares de euros ao erário público, e como tal, tão elevado investimento público não deve servir apenas para acentuar o síndrome de que a Nazaré sofre, particularmente desde a segunda metade do séc. XX, que é o síndrome do postal ilustrado; -----

Sendo de elementar conhecimento sobre a construção naval em madeira, que este tipo de embarcações se degrada de forma acentuada quando expostas continuamente ao elementos e fora do contacto com a água salgada; -----

Percebendo que, devido ao avançado estado de degradação que algumas destas embarcações já apresentam, o seu destino será, mais tarde ou mais cedo, o destino que as embarcações originais tiveram, ou seja, a destruição total; -----

Conhecendo a CDU, métodos de preservação da memória e do património naval bem mais dinâmicos e ativos, coincidentes com as funções originais das embarcações, como é o caso dos botes baleiros nos Açores, onde se fazem várias regatas à vela ou a remo com os alunos das escolas, ou os passeios feitos no Tejo pelas embarcações dos municípios envolventes e dos próprios particulares, levando alunos e outros interessados em saber como se navegava à vela pelas margens daquele rio, recriando percursos consagrados na literatura neorrealista; -----

Percebendo a CDU que o objetivo não será voltar a pescar baleias nos Açores, ou a carregar sal ou farinha nas canoas do Tejo, nem tão pouco carregar cabazes de sardinha, ou carapau nas barcas da Nazaré, é possível que os nossos jovens sintam o peso dos remos, os calos nãos mãos, o cheiro do mar na enseada e a vista do outro lado para o lado de cá – não sentindo tudo, sentirão por certo, parte da dimensão mais pesada da construção da nossa identidade, forjada no trabalho árduo na pesca local, impedindo simultaneamente a degradação das embarcações; -----

Como tal, e tendo por base o supra referido, recomenda a CDU ao Executivo municipal que se crie um grupo de trabalho com vista à criação de um cais amovível que possa servir de Ecomuseu no porto da Nazaré, criando assim condições para que as embarcações sejam visitáveis, utilizáveis, e que não se degradem como está a acontecer e a carecer de investimento público avultado e de forma continuada.” -----

Seguidamente, tomou a palavra o Senhor Joaquim Pequicho que pretendeu retomar o que já foi dito em assembleias anteriores, sobre a necessidade de criação de uma carta magna para a economia social onde se juntarão todos os agentes a debater esta questão, com uma necessidade de resolução dos problemas sociais do concelho.-----

Referiu-se ainda à morte ocorrida no promontório, apresentando as condolências à família, devendo acautelar-se este tipo de atividades, para que não voltem a acontecer.-----

Parabenizou e louvou todos os intervenientes nos eventos das ondas na Praia do Norte, com o reconhecimento pela coragem demonstrada, tendo alertado para os fatores de risco daqueles que estão a observar esta atividade, ao colocarem-se nas arribas do promontório, sem a conveniente e devida segurança, existindo ainda as pressões ambientais que ali ocorrem.-----

Por último, solicitou uma reflexão para o projeto ‘Zipline’, que se pretende implementar, não se revendo neste projeto, que irá interferir com o aspeto ambiental e paisagístico, questionando se são estes os projetos que se pretendem para a Nazaré.-----

Tendo sido dado a palavra ao senhor Presidente da Câmara, começo por realçar a falta do



funcionário da Biblioteca Municipal, Senhor António José Balau, que por motivo de doença, pela primeira vez não pôde estar presente, saudando-o particularmente.-----

Disse que já alertou o Governo para a reparação do Molhe Norte e Molhe Sul do Porto da Nazaré. Há necessidade de limitar o acesso àqueles molhes, tendo já alertado a Capitania, devendo salvaguardar-se eventuais maus acontecimentos.-----

Sobre as embarcações, disse que não se pretende que as mesmas estejam guardadas nos armazéns, sendo um património que deve estar em exposição, visível a todos aqueles que nos visitam existindo eventuais reparações e manutenções, com pessoas entendidas no assunto.-----

Agradeceu o voto de louvor produzido pelo Senhor Joaquim Pequicho; sobre as arribas foi já sugerido à Capitania que fosse colocada uma vedação no local, que não prejudique as vistas, mas constata que muitas vezes os visitantes não acolhem bem este tipo de ações em prol da segurança.-----

Não concorda com as afirmações do Senhor João Delgado sobre os trabalhadores, existindo contradições.-----

O Senhor Vereador Orlando Rodrigues informou as ações desenvolvidas junto da APA - Agência Portuguesa do Ambiente, com as recomendações apresentadas em benefício da segurança de pessoas e bens, verificando-se a existência de abusos por parte das pessoas que ali passam para ver as atividades das ondas. É uma área que não é da jurisdição da Autarquia, mas entende que as Entidades competentes deveriam agir neste campo.-----

Sobre o Molhe Norte do Porto da Nazaré, lembrou que não é da responsabilidade da Autarquia, mas sim da APA, podendo a Câmara até ali atuar, desde que para tal seja solicitada.-----

Reforçou ainda o Senhor Presidente da Câmara a preocupação do Executivo para que situações gravosas como aconteceram recentemente noutra concelho, possam ocorrer na Nazaré.-----

O Senhor João Delgado, relativamente às questões sobre as embarcações, disse que se dá visibilidade às mesmas, mas a Coligação Democrática Unitária tem uma outra visão, verificando-

se um grande estado de degradação, existindo uma grande descaracterização com as lonas ali colocadas.-----

A Senhora Maria de Fátima Duarte apresentou também as suas condolências às famílias pelo triste acontecimento ocorrido em Borba e referiu que os pareceres devem ser levados a sério, até da parte de quem os passa, devendo refletir-se nas decisões tomadas pelos autarcas, sejam de que partido for, não devendo ser tomadas decisões, nunca levianamente.-----

O Senhor Presidente da Câmara lembrou que o Governo pretende entregar estradas ao município, só devendo ser aceites, depois de devidamente reclassificadas, dando como exemplo a estrada que liga o Casal da Areia a Fanhais.-----

Não tem nada contra as delegações competências, devendo estas vir acompanhadas dos devidos apoios, e ser devidamente apresentadas e aprovadas pela autarquia, Câmara e Assembleia Municipal.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenções.-----

ORDEM DO DIA

1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO – Apreciação

O Senhor João Delgado, relativamente à informação, apresentou as seguintes questões e considerações relativamente a:-----

Informação Financeira – Estrutura de Receitas: *Para quem afirmava a pé juntos que tinha soluções para a dívida sem despedir, vender património nem aumentar impostos, tudo aquilo que esta informação nos diz é precisamente o contrário: uma brutal carga de impostos sobre as famílias e a privatização de património público.*-----



Voltou a aumentar o prazo médio de pagamentos a fornecedores: de 867 dias para 917. (mais um acto de boa gestão!) -----

Ação social-----

- Valorizamos a oficina criativa: “Representações da igualdade de género através da arte” – Isto não pode é ser um acto isolado!-----

Cultura e património-----

- Museu: que informações temos sobre a requalificação do espaço? Prazos para a intervenção?--

- Centro interpretativo da Pederneira: foram feitas duas sessões públicas para o efeito. Em que pé estamos? Avança? Recua? É na casa da Câmara da Pederneira ou noutro lugar?-----

- S. Gião: para quando as intervenções naquele espaço? Tínhamos verba cabimentada para intervenção em 2018: ainda avança este ano?-----

- Tivemos conhecimento que o Engº Adriano Monteiro anda a fazer diligências sobre este assunto junto da DGPC: é com autorização e conhecimento da CMN ou anda por conta própria?-----

- Rede no miradouro da Pederneira? Em que pé estamos quanto à retirada da rede?-----

- Viagem ao Vaticano no âmbito da pretensão de candidatura do culto a N.ª. S.ª. da Nazaré como património imaterial da humanidade:-----

Quem é o promotor da candidatura?-----

- Sr. Presidente, em que qualidade foi ao Vaticano? Enquanto devoto ou enquanto Presidente da CMN?-----

- Sr. Presidente da Mesa da AMN: a CDU requer o envio de uma certidão comprovativa de todos os encargos desta deslocação ao Vaticano e de quantos membros da comitiva se deslocaram a expensas públicas?-----

Desporto-----

Porque é que as colectividades já não podem usufruir, gratuitamente, dos pavilhões municipais?

Economia-----

O que é que está a ser feito para dar cumprimento à deliberação desta assembleia, tendo em conta a moção da CDU aprovada por unanimidade, para que o executivo desenvolva esforços para a implementação dos circuitos curtos de comercialização de pescado?-----

Educação -----

Pretende valorizar a iniciativa da atribuição das bolsas de estudo, uma questão que estava bem presente nos programas eleitorais da CDU e conhecer os critérios base na sua atribuição

Equipamentos e Obras Públicas – *Constata a indignidade da estação rodoviária, numa terra virada para o turismo, havendo necessidade de infraestruturas de estacionamento.-----*

O Senhor José Sales questionou sobre o andamento dos processos do Centro de Saúde e do Centro Escolar de Famalicão, saneamento em Macarca e Rebolo e S. Gião.-----

Referindo-se à intervenção da CDU, sobre despedimentos efetuados, disse ter o maior orgulho na atuação camarária, com as contratações efetuadas, tendo o prazo médio de pagamentos baixado, o que nunca foi referido e o abaixamento da dívida, com a execução de investimentos.-----

Verifica um grande aumento no crescimento do turismo, sabendo que nem tudo estará bem, devendo existir melhoramentos e recordou a Área de Localização Empresarial, com o aumento da instalação de empresas.-----

O Senhor Joaquim Pequicho disse haver mais receitas de IMI, de IMT, da derrama, taxas e multas e venda de terrenos e mais despesa com aquisição de bens e serviços e menos participação comunitária, havendo menos investimentos em obras.-----

O Senhor José Sales disse concordar com esta intervenção, mas existem mais pessoas, não tendo havido aumentos dos impostos, com mais interessados na Nazaré.-----

O Senhor João Delgado contrapôs a posição do Senhor José Sales, voltando a referir-se a despedimentos de trabalhadores e entrada de novos elementos nos serviços da autarquia. Constata várias faltas no concelho e disse existir mais crescimento devido à melhoria da economia e daí o aumento das receitas.-----



O Senhor Presidente da Câmara respondeu que sobre S. Gião, foi efetuada a adjudicação da obra, estando a tratar-se o procedimento administrativo, e o financiamento comunitário foi conseguido, devido a tratar-se de monumento nacional; tem conhecimento que o Senhor Eng.º Adriano Monteiro está a fazer alguns contactos à DGPC, tem sido muito diligente e presente junto da Câmara, não tendo qualquer delegação de competência e representação da Câmara, não sendo esta a proprietária do edifício; existe uma contra ordenação relativa à colocação de rede do miradouro, tendo sido informado o infrator que a breve prazo teria de retirar; Sobre o FAM, aguarda-se a sua aprovação pelo Tribunal de Contas, passando a ser totalmente alterado os prazos de pagamentos da dívida; sobre a ida a Roma, foi na qualidade de devoto e como Presidente da Câmara, tendo estado presente a sua esposa, mas com a viagem paga do seu bolso; sobre o terminal rodoviário irá ser o Executivo do Partido Socialista a resolver o problema, com a sua concretização e sobre as infraestruturas de estacionamento, foi já apresentado o PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano no passado mês de outubro; as obras do Centro de Saúde e do Centro Escolar de Famalicão serão uma realidade no próximo ano, a obra de saneamento da Macarca está a decorrer a muito bom ritmo, passando-se de seguida, para o Caminho Real, para Fanhais, para a zona do Bar do Peixe, com a execução da obra de saneamento.-----

Há muito mais IMT e IMI, devido a todos aqueles que pretendem instalar-se na Nazaré, existindo uma grande dinâmica do mercado imobiliário e a Câmara tem recebido os valores das vendas na Área de Localização Empresarial.-----

Dada a palavra ao Senhor vereador Manuel Sequeira, informou que a transferência do espólio do Museu Dr. Joaquim Manso será efetuado para a Anazart e Centro Cultural da Nazaré, estando o processo encaminhado; sobre o Centro Interpretativo da Pederneira, foi colocado a sugestão à população da Pederneira para a sua instalação na antiga Casa da Câmara, existindo agora uma outra possibilidade de ali ser instalado o Tribunal da Nazaré, procurando-se uma outra

localização, não estando encerrado o dossier; sobre as bolsas de estudo, este processo está em andamento e sobre o pavilhão elaborou-se regulamento para a sua gestão.-----

O Senhor Joaquim Pequicho falou sobre os acessos à zona do Forno de Orca, junto ao Farol, alertando e devendo a Câmara solicitar junto da APA, da Secretaria de Estado do Ambiente a resolução urgente, dado a falta de segurança ali existente, podendo contar com o Partido Social Democrata; disse ainda que deverá existir uma maior contenção de despesas correntes, não existindo despesas de investimento, o que poderá colocar novamente o Município em más condições.-----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

2. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS, MAPA DE PESSOAL E ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA DA CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ PARA O ANO DE 2019 E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, MAPA DE PESSOAL E ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA E NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ PARA O ANO DE 2019 – (apreciação e votação)

O Senhor Joaquim Pequicho disse ser um plano de intenções, mas ao olhar para o Plano Plurianual de Investimento, sobressai de um modo muito evidente, que ano após ano as promessas não são concretizadas, verificando a manutenção dos impostos locais sobre as famílias e as empresas e o aumento das despesas correntes a pagar por toda a população, estando em situação de rutura financeira, o que se verificou com a situação do pessoal.-----

O Senhor José Sales disse que este documento é um orçamento de continuidade da obra, desde há cerca de cinco anos, querendo cumprir com o que é prometido, tendo-se baixado o valor da dívida e os impostos só podem ser mais baixos desde que haja a recuperação económica e financeira.-----

O Senhor João Delgado disse que este orçamento é praticamente uma cópia fiel do documento



apresentado no ano anterior, não existindo mudanças políticas de fundo que possam alterar o seu conteúdo, insurgindo-se contra o facto de a oposição ter sido chamada a discuti-lo com um dia de antecedência à sua apresentação, não tendo havido tempo para o apreciar de forma a apresentar quaisquer sugestões, estando muito preocupado com a transfiguração que o Executivo pretende implementar na Nazaré, não só no aspeto paisagístico, bem como na escala de valores que esta sociedade está a adquirir com a ação do Executivo, num espetáculo permanente, remetendo para a declaração de voto que irão apresentar, as preocupações da Coligação Democrática Unitária.--

O Senhor Presidente da Câmara disse que o orçamento tem um valor de 5 milhões de euros que no ano anterior, sendo o orçamento mais realista efetuado nos últimos anos e quando mais tarde passar para os 14 ou 15 milhões, questionarão se será uma cópia fiel do ano passado.-----

Não há visto prévio para a aprovação do Orçamento. Indicou que há algumas obras que irão acontecer no próximo ano e outras que serão concluídas, exemplificando com os nomes de algumas inscritas no Plano de Atividades, sendo um orçamento de investimento, que usa verbas comunitárias para a sua realização.-----

A Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, solicitada a intervir, informou dos termos legais sobre a não necessidade do visto prévio do Tribunal de Contas.-----

A Senhora Maria de Fátima Duarte questionou qual o valor percentual da descida de impostos pela autarquia, tendo também o Senhor Joaquim Pequicho referido que a Assembleia Municipal serve também para explicitar os assuntos da autarquia, devendo ser esclarecedoras para o estado real da situação.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que em campanha eleitoral apresentou um conjunto de premissas para a resolução dos problemas da dívida. Apresentaram igualmente essas premissas com base nos conhecimentos que tinham da Câmara, o que se alterou com os conhecimentos que posteriormente obtiveram, e que também é verdade, tendo que se adaptar às questões que nos aparecem. Isto não invalida que se pretendam arranjar soluções para a redução de impostos e

preços, tendo o Plano de Ajustamento Municipal e assim atenuar a carga fiscal. Lembrou a repercussão havida no abaixamento do preço do fornecimento de água, na sequência de igual redução prestada pelo fornecedor.-----

Deliberado, por maioria aprovar, com quinze votos a favor do Partido Socialista, e oito votos contra, da Coligação Democrática Unitária e Partido Social Democrata. -----

O Senhor Milton Estrelinha apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“Os eleitos do Partido Socialista da Nazaré subscrevem a proposta das Grandes Opções do Plano, Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Mapas de Pessoal da Câmara Municipal da Nazaré e Serviços Municipalizados, para o ano de 2019, por considerarmos que este é, porventura, o instrumento financeiro e estratégico que melhor plasma a realidade financeira deste município, desde há muito. -----

Estes documentos evidenciam uma redução orçamental em mais de 5 milhões de euros, em relação ao ano transato, muito graças ao ajustamento financeiro, que vem sendo desenvolvido nos últimos anos, e a uma reprogramação necessária dos diversos investimentos a concretizar no próximo ano e seguintes, de forma, a que não sejam colocados em causa todos os compromissos assumidos, quer no âmbito do PAM, quer em termos do processo de subtração de dívida que vem sendo desenvolvido. -----

Apesar de haver quem defenda que este é um plano demasiado ambicioso e, por isso, levantam reservas quanto à sua concretização, é importante reforçar que este projeto político tem vindo a demonstrar, ano após ano, que os obstáculos vêm sendo superados e muitas vezes com margem para executar mais investimento e mais amortização de dívida. -----

Aquando da entrada em funções deste executivo alguns reiteravam que este era um projeto recheado de miragens, de falsas promessas e que não reconheciam capacidade para desenvolver o que se pretendia e, ao mesmo tempo, amortizar dívida herdada. Passados 5 anos os factos atestam erro basilar nessa análise. -----



Hoje outras forças políticas defendem que se está a canalizar demasiada verba para investimento, verba esta que deveria ser canalizada para amortização de dívida. Pois bem, o nosso projeto foi sempre claro: cada euro servirá para realizar investimento, amortizar dívida e assegurar os compromissos assumidos em despesa corrente. -----

Este será, porventura, o último documento previsional antes da implementação do Plano de Ajustamento Municipal, no âmbito do FAM. Vão acabar as penhoras, as injunções, o pagamento de juros de dívida e de mora elevados, ou seja, o caminho trilha-se rumo à estabilidade. -----

Mais se acresce a necessidade de investimento nas redes de água e saneamento, no serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos e nos transportes urbanos. -----

Não aprovar estes documentos é refutar a construção de obras fundamentais como o Centro de Saúde da Nazaré, o Centro Escolar de Famalicão, a reabilitação da Igreja de S. Gião, e as necessárias obras de reabilitação urbana já financiadas como o Largo da Misericórdia na Pederneira ou o Largo da Fonte Velha no Sítio, entre tantas outras. -----

Este é efetivamente um projeto ambicioso, temos orgulho em o ter apresentado e queremos concretizá-lo, para bem das populações do concelho. Este modelo de gestão está focalizado nas soluções dos problemas gerados por outros, os mesmos que declinam soluções para os mesmos, mas foi com esse espírito que nos apresentámos às populações. Este é um projeto para todos e cumprimos o que prometemos.” -----

O Senhor João Delgado apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“Os eleitos pela CDU na Assembleia Municipal da Nazaré votam CONTRA, neste ponto 2 da ordem de trabalhos, pelo seguinte:-----

Votar estes importantes documentos é fácil para quem os vota favoravelmente, até de olhos fechados sem qualquer contestação e sem qualquer pedido de explicação, acreditando que eles espelham de forma verdadeira o que se irá passar no nosso concelho no próximo ano, apenas porque aceitam tudo de quem os dirige. É o custo da dependência! -----

Para os elementos da CDU e para quem os lê com os olhos bem abertos, a coisa já não é assim tão simples. Este orçamento é uma cópia dos anteriores, por isso as nossas declarações de voto anteriores poderiam ser lidas agora sem qualquer diferença de texto. -----

Não o fazemos, mas bastam-nos hoje, algumas palavras para qualificar esta repetição de números, colocados de forma aleatória para que apenas tudo bata certo, mas pouco consistentes com a realidade que se espera atingir com um orçamento e plano. -----

Continuam a tentar enganar alguém colocando ali valores que se sabe há mais de uma dezena de anos que não são verdadeiros e apenas escondem o valor da dívida, que continuam a alimentar. Basta verificar-se a baixíssima percentagem do valor de execução dos orçamentos desta autarquia para se perceber isso mesmo. Basta ver o número de dias, do prazo médio de pagamentos a fornecedores, que continuam a aumentar. Basta verificar o atraso, de ano para ano, na execução de obras essenciais para todos. E por aí vai....-----

Por outro lado, basta verificar-se as verbas gastas em viagens e estadias ao estrangeiro, para alimentação dos egos do executivo; basta contabilizar os milhões pagos em apoios a entidades externas para a organização de eventos desportivos, quando no movimento associativo local definham por falta de apoios coincidentes com o trabalho desenvolvido! É, portanto, tempo de dizer basta a estes desmandos sem sentido!! -----

Temos a certeza que este orçamento e este plano não são os que irão vigorar até ao final do próximo ano, nem terão qualquer outra consequência que não seja a sua obrigatória revisão logo que o empréstimo do FAM seja atribuído. Aliás, este será o último orçamento que não terá prévia fiscalização e aprovação pelo FAM. Vão-se preparando para o que aí vem no próximo ano. Não nos devemos enganar com aparentes facilidades! -----

Convém referir aqui, para que conste, que este orçamento foi elaborado, mais uma -----



vez, exclusivamente pelo executivo socialista. Lamentamos que este seu socialismo não lhes permita ouvir atempadamente os partidos da oposição para que possa contemplar as suas opiniões e propostas, como manda a boa convivência democrática. -----

Só depois do orçamento elaborado e sem margem para alteração se convida a oposição, apenas como mera formalidade. Ainda assim, temos a plena convicção que algumas coisas vão recolher ao nosso programa eleitoral e copiá-las sem as discutir com quem as pensou e elaborou, e como tal, a sua implementação será mais “uma bola ao poste”. -----

Nada neste executivo é feito com o tempo e o modo correctos. As coisas são feitas à pressão, no limite dos prazos ou mesmo ultrapassando-os. Prova disso é a apresentação fora de tempo das propostas com os valores dos impostos e taxas anuais que esta Assembleia tem que aprovar anualmente. Mesmo que os impostos estejam no máximo por obrigação legal, têm que aqui vir. Não compreendemos como se pode elaborar um orçamento sem que antes o órgão deliberativo aprove os valores dos impostos e taxas que lá devem constar. -----

Além de que existem prazos para o envio dessas informações às Finanças. Também isto a Mesa da Assembleia Municipal não fiscaliza como é sua obrigação. -----

Isto não deve acontecer em lado nenhum. Mas aqui vale tudo! -----

Vale tudo, até mesmo a falta da nomeação por deliberação da Assembleia Municipal do Revisor Oficial de Contas, conforme obriga a Lei 73/2013 de 03 de Setembro, no seu artigo 77º, nº. 1, tendo já começado em Outubro novo contrato com uma nova sociedade, sem que esta assembleia tenha deliberado sobre a sua nomeação. É só mais uma ilegalidade que aqui deixamos registada para que conste. -----

Voltando ao orçamento: o mesmo não revela alteração de fundo das políticas que têm sido levadas a cabo pelo executivo até aqui. Não fomenta um claro apoio social às famílias mais desfavorecidas, nem às organizações comunitárias que lhes prestam apoio. -----

Não cria mais desenvolvimento sustentado. Explora a área da construção civil como mais um filão de receita autárquica. Apoia-se em supostos aumentos do Turismo, mas não cria condições para receber condignamente. Cria sérios problemas a quem cá vive e paga impostos. Não perspectiva criação de mais emprego estável e com direitos para todos. Não produzirá mais bem-estar à população em geral. Pelo contrário, vai criar mais dificuldades pelos valores máximos nas taxas e impostos e nas tarifas dos serviços e bens essenciais. Logo, não está de acordo com o que a CDU defende para a Nazaré e para os seus municípios. -----

Por tudo o conhecido e por muito mais que o tempo mostrará, votamos contra estes documentos, conscientes que ao fazê-lo estamos do lado de todos os que não se revêem neste executivo do PS.”

3. CONTRATO PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DA NAZARÉ E A EMPRESA MUNICIPAL NAZARÉ QUALIFICA, EM, UNIPESSOAL, LDA. – CARSURF – (apreciação e votação)

O Senhor Presidente da Assembleia informou que em sede da Comissão Permanente, foi decidido que do assunto terceiro ao oitavo, os pontos seriam discutidos em conjunto, sendo votados em separado.-----

O Senhor Joaquim Pequicho informou que o Partido Social Democrata iria manter as posições anteriormente assumidas, não subscrevendo as competências para a Nazaré Qualifica os contratos-programa, não havendo cumprimento do código da contratação pública e não concordando o modo como os processos são apresentados e desenvolvidos junto do Tribunal de Contas, não solicitando o Visto prévio. -----

O Senhor João Delgado informou que a declaração de voto da CDU transmite as posições do seu grupo nestes assuntos, não concordando com o modo de atuação e referindo-se ao contrato-programa da Cultura, referido que o conceito não corresponde à execução, tendo passado um primeiro mandato sem nada, ou muito pouco, investir na cultura, mantendo as populações fora da cultura, sendo muito bom que investissem na cultura.-----



O Senhor Presidente da Câmara em resposta, contrapôs as posições assumidas, dizendo que existe a devida transparência, e que sobre o Visto prévio, a lei do Tribunal de Contas é muito clara e referindo que quem preside à Nazaré Qualifica é o também Presidente da Câmara.-----

Houve um abaixamento nos valores dos contratos-programa devido à enorme contratação de novos trabalhadores, pretendendo-se que estes contratos cada vez mais, tenham menos valores, devido à maior contratação de trabalhadores.-----

O Senhor João Delgado referindo-se ao contrato programa do Carsurf, e conforme cópia de parte da ata da reunião de Câmara onde o assunto foi presente, indicou existirem incorreções no texto da deliberação da Câmara, solicitou informação sobre o procedimento se se tratava do Carsurf ou do FAM e se assim fosse poder-se-ia deliberar sobre o mesmo. -----

O Senhor Abílio Marques falando sobre o Carsurf e referindo que se destina ao Surf e Bodyboard questionou se se estende a outras modalidades desportivas que o têm vindo a utilizar.-----

O Senhor Joaquim Pequicho disse ser uma opção política o atual executivo continuar a utilizar a Nazaré Qualifica, existindo outros meios para o efeito e havendo mais contratos assinados, haverá menor corresponsabilização dos Senhores Vereadores.

O Senhor José Sales recordou que o Senhor Joaquim Pequicho nestes mesmos assuntos, não teve a mesma posição que apresentou noutros mandatos da gestão do Partido Social Democrata, podendo mudar-se de opinião, mas não radicalmente, como agora acontece e falou sobre o dinamismo colocado por este Executivo no Carsurf.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que a transferência de controlo para a Nazaré Qualifica, passa pela Câmara e pela Assembleia Municipal. Esclareceu as dúvidas colocadas sobre o contrato do Carsurf, com a leitura de parte do contrato- cláusula 4.ª e lembrou que aquele equipamento está cheio durante a maior parte do ano, estando reconhecido pelas organizações do desporto, exemplificando o Futsal e Andebol de Praia, para além do Surf e Bodyboard, de o preencherem, não tendo sido cometida qualquer irregularidade na contratação

pública na execução destes contratos.-----

A Chefe da Divisão Administrativa e Financeira prestou esclarecimentos sobre a legalidade deste tipo de contratação e quanto aos documentos enviados e verificando a incorreção na transcrição da deliberação camarária, é de entendimento que seria conveniente o assunto do Carsurf não ser votado, promovendo-se a sua retirada.-----

O Senhor João Delgado referiu-se à precariedade laboral de que estes contratos-programa enfermam.-----

Sendo meia-noite, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração dos membros, a continuidade ou não dos trabalhos, sendo decidido por unanimidade continuá-los.-----

A Assembleia deliberou, por unanimidade, retirar o assunto da ordem de trabalhos. -----

4. CONTRATO PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DA NAZARÉ E A EMPRESA MUNICIPAL NAZARÉ QUALIFICA, EM, UNIPESSOAL, LDA. – CULTURA – (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria aprovar, com quinze votos a favor do Partido Socialista e oito votos contra da Coligação Democrática Unitária e Partido Social Democrata. -----

O Senhor João Delgado apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“A Representação da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA, os pontos 4,5,6,7 e 8 da ordem de trabalhos, pelo seguinte:-----

Tal como já referimos durante as várias vindas deste tipo de contratos à discussão e deliberação da AMN, continuamos a assistir à manobra dos contratos programa entre a CMN, e os SMN e a Nazaré Qualifica Empresa Municipal, feitos exclusivamente para promover a manutenção daquela empresa, que, de outra forma, não consegue resistir.-----

Para nós, esta situação não passa de uma forma de transferir dinheiro para a Empresa Municipal que não o consegue gerar pelo trabalho dos seus gestores, nomeados pelo presidente da Câmara e pagos por todos nós. Sempre assim foi e assim continua!-----



Tal como temos defendido até aqui, e convictamente o continuamos a fazer, -- estes contratos carecem de fundamentação concreta e objectiva, que deve ser feita de forma a torná-los perceptíveis, com dados financeiros adquiridos da contabilidade analítica, -- que ainda não conhecemos nem sabemos se existe de facto --, obtidos das aplicações informáticas oficiais do município e da empresa municipal e que deveriam ser de conhecimento público generalizado e não são. Deveriam ser-nos enviados documentos onde existam resultados mensuráveis e compreensíveis em toda a sua extensão de análise, bem como os resultados financeiros das transferências dos contratos anteriores. A transparência aqui exigida continua a não acontecer para nós, membros desta AM, e também para o Tribunal de Contas (TC), que deverá estar ainda a acompanhar e a fiscalizar os contratos anteriores, caso já os tenham enviado, e que, mais uma vez temos esperança, venha a fiscalizar também estes, que, na sua génese, são iguais, feitos da mesma maneira e comportando os mesmos erros anteriormente já expostos por aquela entidade. Lembramos mais uma vez o Acórdão n.º. 4/2016-13ABR-1ª.S/SS, já transitado em julgado pelo Acórdão N.º 3/2017 – 23 de Fevereiro – 1ª SECÇÃO/PL.----- Bem esteve a CDU ao votar contra os anteriores contratos e bem vai ficar votando também contra estes. Ainda mais, por alguns dos membros que os votaram favoravelmente serem trabalhadores da Nazaré Qualifica e eventualmente estarem limitados pela Lei das incompatibilidades.----- O facto de nada nos ser habitualmente participado na AMN sobre a gestão da Nazaré Qualifica, - - ainda que sempre afirmem que nos irão enviar os documentos pedidos, e nunca o fizeram, - só isso dá-nos o direito de não tomar posição favorável à aceitação destes contratos.----- Continuamos a entender que os problemas apontados pelo Tribunal de Contas permanecem em todos os contratos programa. Por isso também a nossa forma de votação dos pontos referentes a todos os contratos programa hoje em apreciação nesta sessão, terão uma declaração de voto igual a esta.”-----

5. CONTRATO PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DA NAZARÉ E A EMPRESA MUNICIPAL NAZARÉ QUALIFICA, EM, UNIPESSOAL, LDA. – BANCADAS AMOVÍVEIS PARA EVENTOS DESPORTIVOS – (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria aprovar, com quinze votos a favor do Partido Socialista e oito votos contra da Coligação Democrática Unitária e Partido Social Democrata. -----

O Senhor João Delgado apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“A Representação da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA, os pontos 4,5,6,7 e 8 da ordem de trabalhos, pelo seguinte:-----

Tal como já referimos durante as várias vindas deste tipo de contratos à discussão e deliberação da AMN, continuamos a assistir à manobra dos contratos programa entre a CMN, e os SMN e a Nazaré Qualifica Empresa Municipal, feitos exclusivamente para promover a manutenção daquela empresa, que, de outra forma, não consegue resistir.-----

Para nós, esta situação não passa de uma forma de transferir dinheiro para a Empresa Municipal que não o consegue gerar pelo trabalho dos seus gestores, nomeados pelo presidente da Câmara e pagos por todos nós. Sempre assim foi e assim continua!-----

Tal como temos defendido até aqui, e convictamente o continuamos a fazer, -- estes contratos carecem de fundamentação concreta e objectiva, que deve ser feita de forma a torná-los perceptíveis, com dados financeiros adquiridos da contabilidade analítica, -- que ainda não conhecemos nem sabemos se existe de facto –, obtidos das aplicações informáticas oficiais do município e da empresa municipal e que deveriam ser de conhecimento público generalizado e não são. Deveriam ser-nos enviados documentos onde existam resultados mensuráveis e compreensíveis em toda a sua extensão de análise, bem como os resultados financeiros das transferências dos contratos anteriores. A transparência aqui exigida continua a não acontecer para nós, membros desta AM, e também para o Tribunal de Contas (TC), que deverá estar ainda a acompanhar e a fiscalizar os contratos anteriores, caso já os tenham enviado, e que, mais uma



vez temos esperança, venha a fiscalizar também estes, que, na sua génese, são iguais, feitos da mesma maneira e comportando os mesmos erros anteriormente já expostos por aquela entidade. Lembramos mais uma vez o Acórdão n.º. 4/2016-13ABR-1ª.S/SS, já transitado em julgado pelo Acórdão N.º 3/2017 – 23 de Fevereiro – 1ª SECÇÃO/PL.----- Bem esteve a CDU ao votar contra os anteriores contratos e bem vai ficar votando também contra estes. Ainda mais, por alguns dos membros que os votaram favoravelmente serem trabalhadores da Nazaré Qualifica e eventualmente estarem limitados pela Lei das incompatibilidades.----- O facto de nada nos ser habitualmente participado na AMN sobre a gestão da Nazaré Qualifica, - - ainda que sempre afirmem que nos irão enviar os documentos pedidos, e nunca o fizeram, - só isso dá-nos o direito de não tomar posição favorável à aceitação destes contratos.----- Continuamos a entender que os problemas apontados pelo Tribunal de Contas permanecem em todos os contratos programa. Por isso também a nossa forma de votação dos pontos referentes a todos os contratos programa hoje em apreciação nesta sessão, terão uma declaração de voto igual a esta.”-----

6. CONTRATO PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ E A EMPRESA MUNICIPAL NAZARÉ QUALIFICA, EM, UNIPessoal, LDA. – SANEAMENTO – (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria aprovar, com quinze votos a favor do Partido Socialista e oito votos contra da Coligação Democrática Unitária e Partido Social Democrata. -----

O Senhor João Delgado apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“A Representação da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA, os pontos 4,5,6,7 e 8 da ordem de trabalhos, pelo seguinte:-----

Tal como já referimos durante as várias vindas deste tipo de contratos à discussão e deliberação

da AMN, continuamos a assistir à manobra dos contratos programa entre a CMN, e os SMN e a Nazaré Qualifica Empresa Municipal, feitos exclusivamente para promover a manutenção daquela empresa, que, de outra forma, não consegue resistir.-----

Para nós, esta situação não passa de uma forma de transferir dinheiro para a Empresa Municipal que não o consegue gerar pelo trabalho dos seus gestores, nomeados pelo presidente da Câmara e pagos por todos nós. Sempre assim foi e assim continua!-----

Tal como temos defendido até aqui, e convictamente o continuamos a fazer, -- estes contratos carecem de fundamentação concreta e objectiva, que deve ser feita de forma a torná-los perceptíveis, com dados financeiros adquiridos da contabilidade analítica, -- que ainda não conhecemos nem sabemos se existe de facto --, obtidos das aplicações informáticas oficiais do município e da empresa municipal e que deveriam ser de conhecimento público generalizado e não são. Deveriam ser-nos enviados documentos onde existam resultados mensuráveis e compreensíveis em toda a sua extensão de análise, bem como os resultados financeiros das transferências dos contratos anteriores. A transparência aqui exigida continua a não acontecer para nós, membros desta AM, e também para o Tribunal de Contas (TC), que deverá estar ainda a acompanhar e a fiscalizar os contratos anteriores, caso já os tenham enviado, e que, mais uma vez temos esperança, venha a fiscalizar também estes, que, na sua génese, são iguais, feitos da mesma maneira e comportando os mesmos erros anteriormente já expostos por aquela entidade. Lembramos mais uma vez o Acórdão nº. 4/2016-13ABR-1ª.S/SS, já transitado em julgado pelo Acórdão Nº 3/2017 – 23 de Fevereiro – 1ª SECÇÃO/PL.-----

Bem esteve a CDU ao votar contra os anteriores contratos e bem vai ficar votando também contra estes. Ainda mais, por alguns dos membros que os votaram favoravelmente serem trabalhadores da Nazaré Qualifica e eventualmente estarem limitados pela Lei das incompatibilidades.-----

O facto de nada nos ser habitualmente participado na AMN sobre a gestão da Nazaré Qualifica, -



- ainda que sempre afirmem que nos irão enviar os documentos pedidos, e nunca o fizeram, - só isso dá-nos o direito de não tomar posição favorável à aceitação destes contratos.-----
Continuamos a entender que os problemas apontados pelo Tribunal de Contas permanecem em todos os contratos programa. Por isso também a nossa forma de votação dos pontos referentes a todos os contratos programa hoje em apreciação nesta sessão, terão uma declaração de voto igual a esta.”-----

7. CONTRATO PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ E A EMPRESA MUNICIPAL NAZARÉ QUALIFICA, EM, UNIPessoal, LDA. – TRANSPORTES – (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria aprovar, com quinze votos a favor do Partido Socialista e oito votos contra da Coligação Democrática Unitária e Partido Social Democrata. -----

O Senhor João Delgado apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“A Representação da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA, os pontos 4,5,6,7 e 8 da ordem de trabalhos, pelo seguinte:-----

Tal como já referimos durante as várias vindas deste tipo de contratos à discussão e deliberação da AMN, continuamos a assistir à manobra dos contratos programa entre a CMN, e os SMN e a Nazaré Qualifica Empresa Municipal, feitos exclusivamente para promover a manutenção daquela empresa, que, de outra forma, não consegue resistir.-----

Para nós, esta situação não passa de uma forma de transferir dinheiro para a Empresa Municipal que não o consegue gerar pelo trabalho dos seus gestores, nomeados pelo presidente da Câmara e pagos por todos nós. Sempre assim foi e assim continua!-----

Tal como temos defendido até aqui, e convictamente o continuamos a fazer, -- estes contratos carecem de fundamentação concreta e objectiva, que deve ser feita de forma a torná-los perceptíveis, com dados financeiros adquiridos da contabilidade analítica, -- que ainda não conhecemos nem sabemos se existe de facto –, obtidos das aplicações informáticas oficiais do

município e da empresa municipal e que deveriam ser de conhecimento público generalizado e não são. Deveriam ser-nos enviados documentos onde existam resultados mensuráveis e compreensíveis em toda a sua extensão de análise, bem como os resultados financeiros das transferências dos contratos anteriores. A transparência aqui exigida continua a não acontecer para nós, membros desta AM, e também para o Tribunal de Contas (TC), que deverá estar ainda a acompanhar e a fiscalizar os contratos anteriores, caso já os tenham enviado, e que, mais uma vez temos esperança, venha a fiscalizar também estes, que, na sua génese, são iguais, feitos da mesma maneira e comportando os mesmos erros anteriormente já expostos por aquela entidade. Lembramos mais uma vez o Acórdão n.º 4/2016-13ABR-1.ª.S/SS, já transitado em julgado pelo Acórdão N.º 3/2017 – 23 de Fevereiro – 1.ª SECÇÃO/PL.-----

Bem esteve a CDU ao votar contra os anteriores contratos e bem vai ficar votando também contra estes. Ainda mais, por alguns dos membros que os votaram favoravelmente serem trabalhadores da Nazaré Qualifica e eventualmente estarem limitados pela Lei das incompatibilidades.-----

O facto de nada nos ser habitualmente participado na AMN sobre a gestão da Nazaré Qualifica, - - ainda que sempre afirmem que nos irão enviar os documentos pedidos, e nunca o fizeram, - só isso dá-nos o direito de não tomar posição favorável à aceitação destes contratos.-----

Continuamos a entender que os problemas apontados pelo Tribunal de Contas permanecem em todos os contratos programa. Por isso também a nossa forma de votação dos pontos referentes a todos os contratos programa hoje em apreciação nesta sessão, terão uma declaração de voto igual a esta.”-----

8. CONTRATO PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ E A EMPRESA MUNICIPAL NAZARÉ QUALIFICA, EM, UNIPessoal, LDA. – R.S.U. – (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria aprovar, com quinze votos a favor do Partido Socialista e oito votos contra da Coligação Democrática Unitária e Partido Social Democrata. -----



O Senhor João Delgado apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“A Representação da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA, os pontos 4,5,6,7 e 8 da ordem de trabalhos, pelo seguinte:-----

Tal como já referimos durante as várias vindas deste tipo de contratos à discussão e deliberação da AMN, continuamos a assistir à manobra dos contratos programa entre a CMN, e os SMN e a Nazaré Qualifica Empresa Municipal, feitos exclusivamente para promover a manutenção daquela empresa, que, de outra forma, não consegue resistir.-----

Para nós, esta situação não passa de uma forma de transferir dinheiro para a Empresa Municipal que não o consegue gerar pelo trabalho dos seus gestores, nomeados pelo presidente da Câmara e pagos por todos nós. Sempre assim foi e assim continua!-----

Tal como temos defendido até aqui, e convictamente o continuamos a fazer, -- estes contratos carecem de fundamentação concreta e objectiva, que deve ser feita de forma a torná-los perceptíveis, com dados financeiros adquiridos da contabilidade analítica, -- que ainda não conhecemos nem sabemos se existe de facto –, obtidos das aplicações informáticas oficiais do município e da empresa municipal e que deveriam ser de conhecimento público generalizado e não são. Deveriam ser-nos enviados documentos onde existam resultados mensuráveis e compreensíveis em toda a sua extensão de análise, bem como os resultados financeiros das transferências dos contratos anteriores. A transparência aqui exigida continua a não acontecer para nós, membros desta AM, e também para o Tribunal de Contas (TC), que deverá estar ainda a acompanhar e a fiscalizar os contratos anteriores, caso já os tenham enviado, e que, mais uma vez temos esperança, venha a fiscalizar também estes, que, na sua génese, são iguais, feitos da mesma maneira e comportando os mesmos erros anteriormente já expostos por aquela entidade. Lembramos mais uma vez o Acórdão n.º. 4/2016-13ABR-1ª.S/SS, já transitado em julgado pelo Acórdão N.º 3/2017 – 23 de Fevereiro – 1ª SECÇÃO/PL.-----

Bem esteve a CDU ao votar contra os anteriores contratos e bem vai ficar votando também contra

estes. Ainda mais, por alguns dos membros que os votaram favoravelmente serem trabalhadores da Nazaré Qualifica e eventualmente estarem limitados pela Lei das incompatibilidades.-----
O facto de nada nos ser habitualmente participado na AMN sobre a gestão da Nazaré Qualifica, -
- ainda que sempre afirmem que nos irão enviar os documentos pedidos, e nunca o fizeram, - só
isso dá-nos o direito de não tomar posição favorável à aceitação destes contratos.-----
Continuamos a entender que os problemas apontados pelo Tribunal de Contas permanecem em
todos os contratos programa. Por isso também a nossa forma de votação dos pontos referentes a
todos os contratos programa hoje em apreciação nesta sessão, terão uma declaração de voto
igual a esta.”-----

9. CEDÊNCIA DE SUPERFÍCIE A FAVOR DA CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DA NAZARÉ – EDIFÍCIO DO CENTRO COMUNITÁRIO – (apreciação e votação)

O Senhor Presidente da Câmara apresentou o assunto, relatando os procedimentos havidos que deram origem ao presente pedido de cedência de superfície.-----

O Senhor João Delgado disse que nada tinham contra este procedimento, no entanto pensa que o processo estará incompleto, dado faltarem algumas referências essenciais, tais como a indicação dos metros quadrados do terreno indicado na cláusula primeira; o valor do prédio / terreno indicado na cláusula oitava; porque razão os números de metros quadrados e o valor não estão ali colocados.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que a Confraria desconhecia que já existia um processo de direito de superfície e remeteu as restantes respostas para a Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, tendo explanado que estas minutas são elaboradas pela Oficial Pública do Município da Nazaré, garantidamente estando em conformidade com as restantes que já foram trazidas à Assembleia Municipal sobre questões de cedência de direito de superfície e o que se trata aqui é da aprovação de uma minuta e depois completada na execução do contrato



final e os valores são os constantes na caderneta predial, não existindo qualquer irregularidade, podendo ser fornecida a caderneta predial à Assembleia.-----

O Senhor Abílio Marques solicitou esclarecimento e sugeriu a retirada do documento da ordem de trabalhos, dado a minuta não estar completa.-----

A Chefe da Divisão Administrativa voltou a referir que não existe irregularidade e que no final todos os elementos constarão no documento.-----

O Senhor João Delgado agradeceu os contributos da Chefe da DAF, que são muito corretos e competentes, pretendendo que tudo corra bem, mas que mesmo sendo uma minuta devia vir a mais especificada possível.-----

A Chefe da DAF disse concordar com o que foi dito, mas parece-lhe que a não indicação dos metros quadrados impeça a votação, já que os mesmos constam na caderneta, podendo os documentos ser disponibilizados à Assembleia, tendo podido vir anexa a caderneta.-----

O Senhor Abílio Marques, face ao que foi aqui tratado, voltou a dizer que o mais correto seria a retirada do ponto, tal como foi já feito noutras ocasiões.-----

O Senhor Presidente da Assembleia informou que a Mesa, face às explicações dadas, decidiu não retirar o assunto dos trabalhos.-----

O Senhor João Delgado, face ao atrás indicado, disse que a CDU não via qualquer problema na aprovação deste assunto, desde que lhe seja fornecida posteriormente a caderneta predial, o que a Chefe da DAF indicou que irá ser efetuado.-----

Deliberado, por maioria aprovar, com duas abstenções dos Senhores Abílio Marques e Belmiro da Fonte.-----

O Senhor João Delgado apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota a FAVOR, neste ponto 9 da ordem de trabalhos, mas deixa registado o seguinte: -----

As explicações por nós solicitadas, quanto à falta de indicação clara do número de metros quadrados do terreno na cláusula primeira do contrato em apreciação, bem como a falta de indicação do valor atribuído ao prédio, no direito de superfície para fins de registo na cláusula oitava, obtiveram as respostas que constarão na acta desta sessão. -----

Recebemos ainda explicação sobre o teor da carta da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, (CNSN), junta ao processo, que refere a cedência em direito de superfície, a favor da Câmara Municipal, do terreno onde está implantado o CARSURF, por troca com o que aqui está aqui em apreciação e que diz respeito ao Centro Comunitário propriedade da autarquia. -----

Entendemos que a cedência desse terreno, por parte da CNSN terá necessariamente que passar também por esta assembleia para deliberação da aceitação, ou não, do direito de superfície a favor da autarquia, conforme o anexo 1, da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, no seu artigo 25º, nº 1, Alínea q. -----

Pelas informações prestadas à AMN, todo este procedimento está legalmente formalizado e do mesmo resulta apenas a finalização de um problema que ambas as entidades enfrentam. -----

É nesse pressuposto que a CDU vota favoravelmente este ponto, apoiando-se nas informações prestadas pelos serviços municipais.”-----

10. MINUTA DE ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DA NAZARÉ E O CENTRO SOCIAL DA FREGUESIA DE FAMALICÃO – (conhecimento)

O Senhor Vereador Manuel Sequeira prestou informações adicionais referindo que se trata de serviços prestados pelo Centro Social, vino o assunto à Assembleia Municipal para conhecimento. A Assembleia tomou conhecimento. -----

11. CONTRATAÇÃO PÚBLICA – UNIVERSIDADE SÉNIOR – (conhecimento)

*O Senhor Vereador Manuel Sequeira prestou informações adicionais referindo que se trata de um assunto que se repete anualmente com a necessidade da contratação para estas disciplinas.-----
A Assembleia tomou conhecimento.-----*



APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA OU DE PARTES DA MESMA, SE A ASSEMBLEIA ASSIM O DETERMINAR

Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

Por nada mais haver a tratar, sendo zero horas quarenta minutos, o Senhor Presidente da Mesa deu os trabalhos por encerrados de que, para constar, se lavrou a presente ata, assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e por mim, Carlos José de Paiva Mendes, Coordenador Técnico, que a redigi e subscrevi.-----

